

N. F. Nº - 200571.0024/18-7
NOTIFICADO - RVL INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
NOTIFICANTE - DIMAS ALVES MARINHO
ORIGEM - IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 22.10.2019

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0160-05/19

EMENTA: ICMS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS CONFIRMAM A INFRAÇÃO. Defesa não apresentou elementos probantes capazes de desconstituir a acusação. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal, objeto deste relatório, foi lavrada em 20/03/2018, e refere-se à cobrança de ICMS no valor de R\$19.008,00, bem como aplicação de multa no percentual de 100%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 – 51.01.04 – *“Operação realizada sem emissão de documento fiscal ou com a emissão de outro documento não fiscal (pedido, comanda, orçamento e similares) com denominação, apresentação ou qualquer grau de semelhança ao documento fiscal – que com este possa confundir-se e substituí-lo – em flagrante desrespeito às disposições da Legislação tributária.”*

Consta do “TERMO DE APRENSÃO DE MERCADORIAS E DOCUMENTOS” à fl. 04, no campo “DESCRIÇÃO DOS FATOS”:

“CONTRIBUINTE ENCONTRADO COM O VEÍCULO INFRA NO PÁTIO DA EMPRESA REIS DE MAT, DE CONSTRUÇÃO EIRELI LTDA, COM AS MERCADORIAS ACIMA ACOMPANHADAS DO PEDIDO 0017729 EM PROCESSO DE DESCARGA. CONTRIBUINTE DECLAROU QUE NÃO POSSUIA A NOTA FISCAL DE ORIGEM E QUE ESTAVA DESCARREGANDO NO LOCAL POR FALTA DE ESPAÇO EM SEU PATIO. MOTIVOS PELOS QUAIS APREENDI AS MERCADORIAS E PEDIDO PARA FINS FISCAIS.”

A Notificada apresentou impugnação ao lançamento, através dos documentos constantes à fl. 15 a 19, quando inicialmente descreveu os fatos, reproduzindo a acusação fiscal.

Em seguida, apresentou arguição de nulidade, dizendo que a acusação fiscal não dispõe de base legal para a respectiva exigência do tributo e multa em face da documentação apresentada pela Impugnante. Citou o art. 18, IV, alíneas “a” e “b” do Decreto 7.629/99, sustentando que o lançamento em tela não dispõe de elementos suficientes para se determinar a infração e o infrator, como também em face da ilegitimidade passiva da Impugnante. Afirmou também que a situação fática não foi de transporte de mercadorias sem notas fiscais.

Em seguida, a defesa cita a empresa AÇOS BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME dizendo que o fato que motivou a Notificação Fiscal em tela também motivou, em duplicidade, a Notificação Fiscal n.º 200571.0017/17-2 emitida contra esta última, a qual teria alegado que as mercadorias apreendidas, objeto da presente notificação fiscal, seriam descarregadas na empresa GUANAÇOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – ME CNPJ N.º 15.497.513/001-27, esta que atua no mesmo ramo de negócio da Impugnante. Disse que o caminhão desta empresa teria sofrido um acidente que motivou a locação do veículo da Impugnante para remoção dos bens e transferência da carga.

Disse que as mercadorias saíram da sede da Impugnante para descarregamento na sede da GUANAÇOS, afirmou que estas alegações estão provadas no PAF N.º 200571.0017/17-2.

Cita a Súmula 32 do STF: “O ICMS não incide sobre a alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras”, dizendo que o fato não configura fato gerador do ICMS, aponta para jurisprudência que reproduziu.

Requer seja a Notificação Fiscal julgada improcedente.

Não consta informação fiscal.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal contém, uma única infração elencada que diz respeito a flagrante de operação de circulação de mercadorias tributadas, realizada sem emissão de documento fiscal.

A defesa impugnou a acusação fiscal apenas se utilizando de narrativas vazias sem qualquer elemento fático comprovado. Portanto, afasto a arguição de nulidade por considerar que o feito atendeu ao quanto exigido pela legislação de modo a perpetrar o lançamento livre de falhas.

Não comprovou a alegação de que as mercadorias apreendidas se referem a salvados de sinistro ocorrido com o caminhão da empresa “GUANAÇOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – ME CNPJ N.º 15.497.513/001-27”, e que as mercadorias em tela também foram apreendidas na posse da empresa “AÇOS BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME” por ocasião do transporte do local do acidente para o estabelecimento da Impugnante, quando foram objeto da Notificação Fiscal n.º 200571.0017/17-2, pois, nenhum documento foi apresentado em sustentação à esta alegação, e localizada esta referida notificação em pesquisa realizada nos sistemas de informação da SEFAZ-BA, consta que foi lavrada em 14/03/2017, portanto um ano antes da atual exação.

Vele ressaltar também que a Súmula utilizada como paradigma pela defesa não atende seu desiderato, posto que se refere a salvados de sinistro por seguradoras, não sendo esta a atividade da autuada.

Ademais, se tudo ocorreu conforme afirmou a defesa, que as mercadorias saíram da sede da Impugnante para descarregamento na sede da GUANAÇOS, essa circulação deveria ter sido acobertada por documentos fiscais.

Por outro lado, a imposição fiscal conta com consistente documentação circunstanciando a ocorrência infracional, conforme “TERMO DE APRENSÃO DE MERCADORIAS E DOCUMENTOS” à fl. 04, que indica no campo “DESCRIÇÃO DOS FATOS”:

“CONTRIBUINTE ENCONTRADO COM O VEÍCULO INFRA NO PÁTIO DA EMPRESA REIS DE MAT, DE CONSTRUÇÃO EIRELI LTDA, COM AS MERCADORIAS ACIMA ACOMPANHADAS DO PEDIDO 0017729 EM PROCESSO DE DESCARGA. CONTRIBUINTE DECLAROU QUE NÃO POSSUIA A NOTA FISCAL DE ORIGEM E QUE ESTAVA DESCARREGANDO NO LOCAL POR FALTA DE ESPAÇO EM SEU PATIO. MOTIVOS PELOS QUAIS APREENDI AS MERCADORIAS E PEDIDO PARA FINS FISCAIS.”

Destarte, voto pela PROCEDÊNCIA da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar em instância única **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal n.º. **200571.0024/18-7**, lavrado contra **RVL INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$19.008,00**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, “h” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala de Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2019.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – RELATOR

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - JULGADOR